



Gustavo Henrique Cepolini Ferreira  
(Organizador)

# Questões que Norteiam a Geografia

---



**Atena**  
Editora  
Ano 2019

Gustavo Henrique Cepolini Ferreira  
(Organizador)

# Questões que Norteiam a Geografia

Atena Editora  
2019

2019 by Atena Editora  
Copyright © Atena Editora  
Copyright do Texto © 2019 Os Autores  
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora  
Editora Executiva: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Antonella Carvalho de Oliveira  
Diagramação: Lorena Prestes  
Edição de Arte: Lorena Prestes  
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

### **Conselho Editorial**

#### **Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

#### **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

### **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

### **Conselho Técnico Científico**

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo  
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba  
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará  
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista  
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal  
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

<b>Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)</b>	
Q5	Questões que norteiam a geografia [recurso eletrônico] / Organizador Gustavo Henrique Cepolini Ferreira. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019.  Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader. Modo de acesso: World Wide Web. Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-653-9 DOI 10.22533/at.ed.539192709  1. Geografia – Pesquisa – Brasil. I. Ferreira, Gustavo Henrique Cepolini.  CDD 918.1
<b>Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422</b>	

Atena Editora  
Ponta Grossa – Paraná - Brasil  
[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
contato@atenaeditora.com.br

## APRESENTAÇÃO

É com imensa satisfação que apresento a Coletânea intitulada – “Questões que Norteiam a Geografia”, cujo título apresenta inúmeras possibilidades, e, sobretudo, provocações ao construirmos e desconstruirmos uma Geografia para o século XXI. Trata-se de uma leitura teórica e empírica oriunda de diferentes pesquisadores que dialogam com a arte de “sulear-se”, ou seja, constroem suas análises respaldadas em diferentes matrizes epistêmicas, valorizando o conhecimento desenvolvido horizontalmente e socialmente em diferentes instituições de ensino, pesquisa e extensão do Brasil.

Nesse sentido, ressalta-se a importância da pesquisa científica e os desafios hodiernos para o fomento na área de Geografia em consonância com a formação inicial e continuada de professores da Educação Básica.

A Coletânea está organizada a partir de diferentes enfoques temáticos, ou seja, reconhecendo as diferentes subáreas da Geografia, a saber: Geografia Agrária, Geografia Econômica, Geografia Urbana, Geografia Física, Planejamento Ambiental, Geotecnologias e Ensino de Geografia.

O Capítulo 1 - “A participação do Brasil na divisão internacional do trabalho e a reprimarização da pauta exportadora no período pós-2000” da pesquisadora Denise Leonardo Custodio Machado de Oliveira vinculada à Universidade Federal de Uberlândia, apresenta uma fecunda análise sobre a participação do Brasil na divisão internacional do trabalho, com ênfase ao período pós-2000, no qual se verifica um crescimento nas exportações de produtos primários, tais como os de origem agropecuária e agroindustrial. Trata-se de um ensaio sobre os reflexos na divisão territorial do trabalho.

O Capítulo 2 - “Ocupação, produção e transformações camponesas no território da Canastra” do pesquisador Gustavo Henrique Cepolini Ferreira da Universidade Estadual de Montes Claros, apresenta um breve resgate histórico da formação do Parque Nacional da Serra da Canastra no sudoeste do estado de Minas Gerais a partir das implicações e disputas territoriais para os camponeses.

Já no Capítulo 3 – “Tendências atuais da agricultura familiar no município de Santa Maria-RS”, dos pesquisadores Janete Webler Cancelier e Daiane Loreto de Vargas da Universidade Federal de Santa Maria, tecem um panorama da agricultura familiar no município de Santa Maria enfatizando as atividades que possibilitam a reprodução e a permanência dessas famílias no campo, concebendo esse processo como heterogêneo e diversificado.

No Capítulo 4 de autoria da pesquisa Cleusi Teresinha Bobato Stadler da Universidade Estadual de Ponta Grossa intitula-se: “Agrobiodiversidade - “sementes crioulas” - saberes e práticas em comunidades tradicionais do Paraná”, é apresentado uma importante discussão envolvendo a produção do conhecimento científico na Geografia a partir da decolonialidade. Dessa maneira, a autora apresenta algumas

práticas e territorialidades dos Faxinalenses, Quilombolas e Caiçaras materializadas na agrobiodiversidade das sementes crioulas.

Já no Capítulo 5 – “Invisibilidade e resistência das comunidades quilombolas em Corumbá- MS: estudo de caso na sub-região Paraguai do Pantanal” do pesquisador João Batista Alves de Souza do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul, aborda-se uma leitura sobre a invisibilidade e resistência das Comunidades Quilombolas na Sub-Região Paraguai do Pantanal, enfatizando as relações de poder e produção territorial juntamente com relação sociedade e natureza nesses territórios.

Por fim, os capítulos 6 e 7 encerram os debates e envolve as análises oriundas da Geografia Agrária e Econômica, com os textos: “Agricultura irrigada e recursos hídricos: espacialização de pivô central no município de Paraúna, Goiás, Brasil”, de autoria dos pesquisadores Íria Oliveira Franco, Cleonice Batista Regis Soares e Frederico Augusto Guimarães Guilherme da Universidade Federal de Goiás; e “As determinações e impactos da cana-de-açúcar no interior paulista: um breve estudo das microrregiões de Araraquara e São Carlos”, dos pesquisadores Bruna Martins da Paixão e Renan Yamasaki Veiga Barros vinculados à Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, que tratam respectivamente do sistema de irrigação com pivô central e a produtividade de culturas agrícolas no município de Paraúna-Goiás, cujos impactos e conflitos pelo uso da água seguem vigentes; e análise das determinações territoriais estabelecidas nas microrregiões de Araraquara e São Carlos no âmbito do desenvolvimento da agricultura no interior paulista, sobretudo, através da produção da cana-de-açúcar na composição hegemônica da produção de monocultivos e homogeneização das paisagens.

No Capítulo 8 - “A reconfiguração territorial e as políticas públicas do estado: o caso da cidade de Ouanaminthe (Haiti)” do pesquisador Guerby Sainté da Universidade Estadual de Campinas, o mesmo elabora uma análise sobre a reconfiguração territorial e as políticas públicas do Estado no caso da cidade de Ouanaminthe – Haiti em diálogo com os dilemas da gestão e na organização sociopolítica do Estado.

No Capítulo 9 - “Reestruturações urbanas e seus reflexos em cidades intermediárias nordestinas: metamorfoses e permanências socioespaciais” de autoria dos pesquisadores João Paulo Gomes de Vasconcelos Aragão, Bruna Garcia dos Santos, Matheus Teófilo Gomes e Lucas José Elias Bezerra dos Santos do Instituto Federal de Pernambuco, Universidade Federal da Paraíba e Instituto Federal da Paraíba, nota-se uma contribuição sobre os processos de reestruturação urbana no âmbito das cidades intermediárias à luz dos estudos sobre reestruturação urbana no Brasil.

Enquanto o Capítulo 10 - “A mobilidade urbana em questão: um olhar geográfico sobre Uruaçu-GO-2014” dos pesquisadores Gabriel Freitas Andrade e John Carlos Alves Ribeiro do Instituto Federal de Goiás, encerram as leituras sobre o quadro urbano enfatizando a mobilidade urbana a partir dos eventos esportivos realizados no

país e sua relação teórico-empírica com o município de Uruaçu em Goiás.

No capítulo 11- “Apropriação dos recursos naturais e reflexo na paisagem: o caso da microbacia do córrego água quente em rio quente-GO” dos pesquisadores Joel Cândido dos Reis e Rildo Aparecido Costa da Universidade Federal de Goiás, nota-se uma importante interpretação sobre as águas termais e apropriação dos recursos naturais pelo capital financeiro, tendo o turismo como um agente desse processo.

Já no Capítulo 12, os autores José Batista Siqueira, Fabrício Passos Fortes e Sanmy Silveira Lima vinculados à Universidade Federal de Sergipe, GEOFortes e Universidade Federal de Pernambuco apresentam a seguinte contribuição: “Geotecnologia aplicada à identificação de aspectos geológicos e espeleológicos do município de Simão Dias, Sergipe/Brasil”, que discute os aspectos geológicos e espeleológicos da porção Sergipana do domínio Vaza Barris, localizada no município de Simão Dias obtidos através de técnicas de geotecnologias, revisão de literatura, processamento de imagens, e trabalhos de campo.

No capítulo 13 – “Análise preliminar de estudos relacionados à região do Jalapão – TO/PI/BA/MA”, dos pesquisadores Joeslan Rocha Lima e Claudiomar da Cruz Martins da Universidade Federal do Tocantins, apresentam uma fecunda reflexão sobre a preservação ambiental a partir do mosaico de unidades de conservação na região do Jalapão.

Nos dois últimos capítulos da Coletânea, o debate sobre o Ensino da Geografia é enfatizado em contribuições atualíssimas. O Capítulo 14 intitulado “Aproximações entre a Geografia Escolar e a Neurociência: o raciocínio geográfico na BNCC”, dos pesquisadores Juliano Pereira de Mello e Antônio Carlos Vitte da Universidade Estadual de Campinas faz um panorama da Base Nacional Comum Curricular relacionando-a ao ensino geográfico a partir dos conceitos de Pensamento Espacial, Raciocínio Geográfico e Conhecimento Geográfico. Nesse devir, os autores tecem alguns diálogos e contribuições sobre a Neurociência aplicada à educação, qualificando o trabalho pedagógico no processo de ensino-aprendizagem, sobretudo, na construção do Currículo para a Educação Básica.

Por fim, o Capítulo 15 - “Formação de professores: o incentivo à prática docente através da musicalização da Geografia” dos pesquisadores Mônica Hellen Ribeiro Cardoso e Daniel Mallmann Vallerius da Universidade Federal do Pará, os autores debatem as contribuições de música e suas práticas na formação do Professor de Geografia a partir das atividades do Laboratório de Práticas de Ensino de Geografia UFPA (LabPrat), campus de Altamira- Pará. Trata-se, portanto, de uma prática refletiva para construção de dispositivos didáticos para os futuros professores de Geografia recriarem nas suas aulas na Educação Básica.

Esperamos que as análises publicadas nessa Coletânea da Atena Editora propiciem uma leitura crítica e prazerosa, assim como despertem novos e frutíferos debates geográficos para desvendar os caminhos e descaminhos da realidade brasileira, latino-americano e mundial.

Gustavo Henrique Cepolini Ferreira  
Montes Claros-MG  
Agosto de 2019.

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
A PARTICIPAÇÃO DO BRASIL NA DIVISÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO E A REPRIMARIZAÇÃO DA PAUTA EXPORTADORA NO PERÍODO PÓS-2000	
Denise Leonardo Custodio Machado de Oliveira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5391927091</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>12</b>
OCUPAÇÃO, PRODUÇÃO E TRANSFORMAÇÕES CAMPONESAS NO TERRITÓRIO DA CANASTRA	
Gustavo Henrique Cepolini Ferreira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5391927092</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>29</b>
TENDÊNCIAS ATUAIS DA AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA-RS	
Janete Webler Cancelier	
Daiane Loreto de Vargas	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5391927093</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>44</b>
AGROBIODIVERSIDADE - “SEMENTES CRIOULAS” - SABERES E PRÁTICAS EM COMUNIDADES TRADICIONAIS DO PARANÁ	
Cleusi Teresinha Bobato Stadler	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5391927094</b>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>55</b>
INVISIBILIDADE E RESISTÊNCIA DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS EM CORUMBÁ- MS: ESTUDO DE CASO NA SUB-REGIÃO PARAGUAI DO PANTANAL	
João Batista Alves de Souza	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5391927095</b>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>69</b>
AGRICULTURA IRRIGADA E RECURSOS HÍDRICOS: ESPACIALIZAÇÃO DE PIVÔ CENTRAL NO MUNICÍPIO DE PARAÚNA, GOIÁS, BRASIL	
Íria Oliveira Franco	
Cleonice Batista Regis Soares	
Frederico Augusto Guimarães Guilherme	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5391927096</b>	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>83</b>
AS DETERMINAÇÕES E IMPACTOS DA CANA-DE-AÇÚCAR NO INTERIOR PAULISTA: UM BREVE ESTUDO DAS MICRORREGIÕES DE ARARAQUARA E SÃO CARLOS	
Bruna Martins da Paixão	
Renan Yamasaki Veiga Barros	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5391927097</b>	
<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>94</b>
A RECONFIGURAÇÃO TERRITORIAL E AS POLÍTICAS PÚBLICAS DO ESTADO: O CASO DA CIDADE DE OUANAMINTHE (HAITI)	
Guerby Sainté	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5391927098</b>	

<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>106</b>
REESTRUTURAÇÕES URBANAS E SEUS REFLEXOS EM CIDADES INTERMEDIÁRIAS NORDESTINAS: METAMORFOSES E PERMANÊNCIAS SOCIOESPACIAIS	
João Paulo Gomes de Vasconcelos Aragão	
Bruna Garcia dos Santos	
Matheus Teófilo Gomes	
Lucas José Elias Bezerra dos Santos	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5391927099</b>	
<b>CAPÍTULO 10</b> .....	<b>126</b>
A MOBILIDADE URBANA EM QUESTÃO: UM OLHAR GEOGRÁFICO SOBRE URUAÇU-GO-2014	
Gabriel Freitas Andrade	
John Carlos Alves Ribeiro	
<b>DOI 10.22533/at.ed.53919270910</b>	
<b>CAPÍTULO 11</b> .....	<b>140</b>
A PROPRIAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS E REFLEXO NA PAISAGEM: O CASO DA MICROBACIA DO CÓRREGO AGUA QUENTE EM RIO QUENTE-GO	
Joel Cândido dos Reis	
Rildo Aparecido Costa	
<b>DOI 10.22533/at.ed.53919270911</b>	
<b>CAPÍTULO 12</b> .....	<b>151</b>
GEOTECNOLOGIA APLICADA À IDENTIFICAÇÃO DE ASPECTOS GEOLÓGICOS E ESPELEOLÓGICOS DO MUNICÍPIO DE SIMÃO DIAS, SERGIPE/BRASIL	
José Batista Siqueira	
Fabrício Passos Fortes	
Sanmy Silveira Lima	
<b>DOI 10.22533/at.ed.53919270912</b>	
<b>CAPÍTULO 13</b> .....	<b>163</b>
ANÁLISE PRELIMINAR DE ESTUDOS RELACIONADOS À REGIÃO DO JALAPÃO – TO/PI/BA/MA	
Joeslan Rocha Lima	
Claudiomar da Cruz Martins	
<b>DOI 10.22533/at.ed.53919270913</b>	
<b>CAPÍTULO 14</b> .....	<b>174</b>
APROXIMAÇÕES ENTRE A GEOGRAFIA ESCOLAR E A NEUROCIÊNCIA: O RACIOCÍNIO GEOGRÁFICO NA BNCC	
Juliano Pereira de Mello	
Antônio Carlos Vitte	
<b>DOI 10.22533/at.ed.53919270914</b>	
<b>CAPÍTULO 15</b> .....	<b>186</b>
FORMAÇÃO DE PROFESSORES: O INCENTIVO À PRÁTICA DOCENTE ATRAVÉS DA MUSICALIZAÇÃO DA GEOGRAFIA	
Mônica Hellen Ribeiro Cardoso	
Daniel Mallmann Vallerius	
Francisco Fernandes Ladeira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.53919270915</b>	
<b>SOBRE O ORGANIZADOR</b> .....	<b>194</b>
<b>ÍNDICE REMISSIVO</b> .....	<b>195</b>

## REESTRUTURAÇÕES URBANAS E SEUS REFLEXOS EM CIDADES INTERMEDIÁRIAS NORDESTINAS: METAMORFOSES E PERMANÊNCIAS SOCIOESPACIAIS

**João Paulo Gomes de Vasconcelos Aragão**

Instituto Federal de Pernambuco – Campus  
Garanhuns Garanhuns - Pernambuco

**Bruna Garcia dos Santos**

Universidade Federal da Paraíba – Campus João  
Pessoa. João Pessoa - Paraíba

**Matheus Teófilo Gomes**

Instituto Federal da Paraíba – Campus Esperança  
Esperança - Paraíba

**Lucas José Elias Bezerra dos Santos**

Instituto Federal da Paraíba – Campus Esperança  
Esperança - Paraíba

**RESUMO:** Que permanências e metamorfoses os processos de reestruturação urbana reproduzem no âmbito das cidades intermediárias? À luz deste questionamento buscou-se analisar introdutoriamente as reestruturações urbanas em cidades intermediárias nordestinas, considerando as metamorfoses e permanências de processos socioespaciais na escala intraurbana. O percurso metodológico foi inspirado na concepção predominantemente utilizada nos estudos sobre reestruturação urbana no Brasil, baseada na perspectiva crítica. As técnicas utilizadas, do trabalho de campo à apreciação dos dados secundários, alinharam-se ao intuito de identificar processos, agentes e dinâmicas integrantes dos interesses do capital e das

populações que buscam a realização da vida nas cidades. Verificou-se que, há pelo menos duas décadas, as cidades intermediárias analisadas destacam-se pela expansão de suas economias, implicando em significativas mudanças estruturais e funcionais. Destas, têm resultado, nas cidades intermediárias em questão, novas formas em suas periferias e centros, bem como a ampliação da capacidade de polarização regional. Apesar disto, tais metamorfoses não têm sido suficientes para reverter o quadro de exílio social existente e, em certa medida crescente, em setores periurbanos, tampouco de constituir um sistema equilibrado e eficiente de cidades intermediárias no caso do Nordeste brasileiro.

**PALAVRAS-CHAVE:** Reestruturações urbanas; Cidades intermediárias; Espaço.

**URBAN RESTRUCTURING AND ITS REFLECTIONS IN NORTHEAST INTERMEDIATE CITIES: METAMORPHOSES AND SOCIO-ESSENTIAL STAGES**

**ABSTRACT:** What permanences and metamorphoses do the processes of urban restructuring reproduce within the framework of intermediate cities? In light of this questioning, we attempted to analyze the urban restructuring in intermediate cities in the Northeast, considering the metamorphoses and permanences of socio-spatial processes on the intra-urban scale. The

methodological approach was inspired by the conception predominantly used in studies on urban restructuring in Brazil, based on a critical perspective. The techniques used, from the field work to the assessment of secondary data, were aligned with the intention of identifying processes, agents and dynamics that are part of the interests of capital and populations that seek to achieve life in cities. It has been verified that, at least two decades ago, the intermediate cities analyzed stand out by the expansion of their economies, implying significant structural and functional changes. From these, they have resulted in the intermediary cities in question, new forms in their peripheries and centers, as well as the enlargement of the capacity of regional polarization. Nevertheless, such metamorphoses have not been enough to reverse the existing and, to a certain extent, growing social exile situation in periurban areas, nor to constitute a balanced and efficient system of intermediate cities in the case of the Brazilian Northeast.

**KEYWORDS:** Urban restructurings; Intermediate cities; Space.

## **REESTRUTURAÇÕES URBANAS EM CIDADES INTERMEDIÁRIAS: CONTEXTUALIZANDO O ESTUDO**

O processo de reestruturação das cidades e das imbricações destas por intermédio das redes urbanas tem sido firmado nos últimos cinquenta anos como resposta às demandas do capital e da própria sociedade, em um contexto de múltiplas crises, típicas do desenvolvimento do capitalismo avançado (SOJA, 1993). Nas grandes e médias cidades latino-americanas, limites espaciais decorrentes da formação econômica dependente das nações e problemas sociais históricos, insistentemente reproduzidos, parecem dar nova extensão a tais crises (SILVA e SPÓSITO, 2017). Sem embargos, a continuidade dos processos em tela em pleno século XXI materializa-se sob novas metamorfoses combinadas a permanência de velhos percalços da urbanização.

Especialmente nas cidades intermediárias, este processo tem ganhado vitalidade. Estes centros, assim como outros de portes distintos, caracterizam-se pelos problemas socioeconômicos das cidades do mundo subdesenvolvido e, no Brasil, dispõem de uma valorização no âmbito do planejamento urbano regional nos últimos decênios (DAMINANI, 2006 e GARCIA, MATOS e RAMOS, 2011). Este processo é expressado pela reorganização dos nexos de produção – circulação – distribuição – consumo no contexto das redes urbanas, consentidas conforme explica Corrêa (2017), dentro das quais as cidades intermediárias passam a possuir maior centralidade regional e protagonismo entre os centros maiores e menores.

Mesmo manifestando em sua composição intraurbana problemas tradicionais das grandes cidades, as cidades intermediárias passam a configurar destino, tanto aos capitais, interessados em ampliar seus sistemas de lucro, como a população que aspira a melhoria das condições de vida e o próprio governo, que visa constituir uma rede urbana mais equilibrada. São cidades que, segundo Spósito (2009), polarizam uma região, crescendo em função ou em detrimento dela e que, haja vista suas

atividades, das lideranças que nela se concentram, podem ser âncoras de ampliação de projetos políticos, econômicos e sociais para toda uma região.

Desta feita, que permanências e metamorfoses os processos e reestruturação urbana reproduzem no âmbito interno das cidades intermediárias? Em face de sua funcionalidade na rede urbana e das transformações observadas em termos de relações espaciais de distância e intensidade, estas cidades têm concentrado investimentos em infraestrutura, com duplicação de rodovias, expansão de distritos industriais e ampliação dos setores comerciais e de serviços com seus respectivos polígonos de influência regional, em todos os casos, com forte intervenção direta e indireta do Estado.

Além disso, destaca-se a disseminação de intervenções urbanísticas do mercado imobiliário que, fora o processo de verticalização das áreas centrais estratégicas, acompanhado pela refuncionalização de áreas centrais, aposta na difusão dos loteamentos horizontais fechados enveredados pelo discurso de qualidade de vida. Tais desdobramentos não dispõem-se homoganeamente em todas as cidades intermediárias e, naturalmente, apresentam variáveis conforme tipo das funcionalidades, época do ano, evolução e crescimento dos contingentes populacionais, entre outros.

Destarte, este trabalho teve como objetivo geral analisar de forma introdutória os reflexos das reestruturações urbanas em três cidades intermediárias nordestinas, considerando as metamorfoses e permanências de processos socioespaciais, especialmente, na escala intraurbana. Foram explorados estudos sobre redes urbanas e processos de reestruturação os quais têm sido ampliados nos últimos cinquenta anos dado o crescimento desordenado das grandes metrópoles no mundo subdesenvolvido e as políticas de busca pelo equilíbrio da rede urbana.

O percurso metodológico desta pesquisa foi inspirado na concepção predominantemente utilizada nos estudos sobre reestruturação urbana no Brasil, baseada na perspectiva crítica. Concebendo o objeto estudado e sua intrínseca relação com os ciclos de reorganização do sistema capitalista, as técnicas utilizadas alinharam-se aos fundamentos teóricos da Geografia urbana que dispõe de amplo leque de temáticas, no Brasil, inauguradas com o “estudo geográfico das cidades” de Pierre Monbeig (1957) e com o artigo “Vilas e cidades do Brasil Colonial” de Aroldo de Azevedo (1957). Abreu (1994) aponta um pouco da diversidade de análises em décadas de estudos, as quais apontam para a complexidade do fenômeno urbano brasileiro. Compondo a fronteira deste campo na Geografia, despontam as investigações sobre as cidades intermediárias, sobre as quais merece destaque e valorização os esforços da Rede de Pesquisadores sobre Cidades Médias (RECIME).

Neste estudo tais fundamentos foram aplicados no intuito de identificar processos, agentes e relações integrantes do devir urbano e sua vitalidade aos processos de (re) produção do capital, além das demandas das populações que buscam a realização da vida nas cidades. Para tanto, delimitou-se teoricamente que a compreensão destes processos perpassa inequivocamente pela análise das transformações e crises do

capitalismo em tempos globalizados (SANTOS, 2007), especialmente, a partir da reestruturação dos centros de controle e comando do sistema, isto é, as cidades e as redes de hierarquização (CORRÊA, 1999).

Para Soja (1993) a reestruturação urbana, num sentido ampliado, indica uma freada em processos de pensamento e organização socioespacial da cidade para um outro direcionamento. Ele fala de desconstrução e reconstituição, desmoronamento e reconstrução de práticas e objetos que dirigem o local em direção ao mundial. Desta feita, supera-se o engessamento da hierarquização urbana e ganha sentido a complexidade desta perante as verticalidades que ampliam a interferência do externo (desde o internacional) sobre a vida nos lugares.

Considerando Soja (1993), concebeu-se que estas mudanças repercutem na organização e divisão territorial do trabalho, o que exige atenção às dimensões espacial e temporal, conforme a conjunção dos fatores constituintes da região e/ou lugar. O entendimento da reestruturação urbana, pois, revelou-se possível a partir de uma teoria social crítica concebida numa perspectiva ontológica de espaço (CARLOS, 2011), a qual integrou a composição deste ensaio, incluindo a experiência oriunda das observações empíricas com a identificação das metamorfoses e permanências, combinadas entre si, na esteira das reestruturações urbanas.

Sendo as cidades intermediárias também definidas como cidades regionais, além de cidades médias, termo este originado da década de 1960 quando estas cidades são concebidas nas políticas governamentais do Brasil no sentido de conter fluxos migratórios para as grandes cidades, buscou-se em Santos (1979) uma definição teórica. Criticando esta questão e apontando encaminhamentos teóricos distintos para o trato da cidade intermediária ou regional, Santos (1979, p.243) explica que “com efeito, no atual período tecnológico, a cidade regional, chamada ainda de cidade ‘média’, torna-se cidade intermediária.

A adoção do termo alinhou-se com a perspectiva de Santos (1979) em entender a cidade intermediária como forma operante de um processo regional, cuja existência demanda funcionalidades em múltiplas escalas, em termos de fluidez e centralidade de dinâmicas de produção, circulação, distribuição e consumo, entre os tradicionais – e grandes – centros urbanos, já adensados e remoldurados para uma outra perspectiva de economia e política, e os centros de pequeno porte, nos quais congregam-se populações e setores produtivos que demandam subsídio em termos de serviços e assistência.

No caso das cidades intermediárias brasileiras, o contexto a partir do qual esses estudos ganham força, vincula-se aos processos de redistribuição espacial com os movimentos migratórios campo – cidade, modernização das atividades agropecuárias e dos processos de redistribuição da indústria (GARCIA, MATOS e RAMOS, 2011). Nesta reorganização da força de trabalho e do capital industrial e, por conseguinte, financeiro, as cidades intermediárias desempenham função importante, na qual se destacam os seguintes fatores: a) mudanças nos padrões locacionais da indústria

no Brasil, sobretudo, a partir da década de 1970 com as repercussões da política de desenvolvimento do Estado; b) metamorfoses nos fluxos migratórios nacionais, nos quais, apesar da concentração macrocefálica das grandes metrópoles, passa a ser constituído por movimentos intra regionais interioranos; c) as políticas de incentivo fiscal do governo para as cidades médias associadas ao forte sindicalismo e legislação ambiental nos grandes centros; d) a modernização das áreas agrícolas e exploração dos recursos naturais; e e) o dinamismo econômico de muitas das cidades médias no país.

Neste íterim, merece atenção especial o caso das cidades intermediárias nordestinas. Diferentemente das cidades intermediárias do Sudeste e Sul brasileiros que, compondo uma zona onde a rede urbana é mais densa, dispõem-se com mais frequência casos de cidades cujas hinterlândias se sobrepõem formando zonas de intersecção ou continuadas, verifica-se, na região nordestina, um maior isolamento das cidades intermediárias. Tal fato além de refletir a desigual formação regional brasileira, em termos econômico-político e sociais e uma divisão territorial do trabalho destacadamente concentrada e mais especializada no Sul e Sudeste, expressa uma fronteira para as políticas de equilíbrio da rede urbana nacional.

Isso porque além da capacidade de irradiação geográfica de cada cidade intermediária – o que depende da distribuição da população em relação ao centro regional e àquilo que ele se destina – ter-se-ia que observar o optimum populacional de uma dada cidade intermediária quanto ao atendimento dos direitos básicos para os cidadãos nela residentes e em trânsito, que tendem, ambas variáveis, a aumentar com o tempo. A trajetória da política urbana em países como o Brasil, todavia, não aponta para este dado como algo cabal, nem mesmo quando da perspectiva de equilíbrio das redes urbanas, negligenciando as consequências das reestruturações na composição intraurbana das cidades centro-regionais (intermediárias).

Atento a isto, o presente estudo foi desdobrado sobre três cidades intermediárias nordestinas, quais sejam: Mossoró no Rio Grande do Norte, Campina Grande no estado da Paraíba e Caruaru no estado de Pernambuco. Além de constituírem centros intermediários de considerável dinamismo socioeconômico, localizam-se em estados adjacentes, permitindo averiguar as repercussões regionais da dinamização de cada centro, tanto na escala interurbana, como em sua escala intraurbana.

Para tanto, utilizou-se de: a) levantamento de referenciais bibliográficos sobre os temas da pesquisa em plataformas virtuais e bibliotecas; b) caracterização dos processos constituintes do objeto de estudo, segundo os aportes teóricos levantados e a partir de observação de campo; c) busca e análise de dados estatísticos sobre as regiões de influência (regic's) das cidades em plataformas virtuais como as do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); d) coleta de dados georreferenciados para produção cartográfica e e) síntese comparativa dos processos relacionais e características socioespaciais das cidades investigadas.

## REESTRUTURAÇÕES URBANAS E SEUS REFLEXOS EM TRÊS CIDADES INTERMEDIÁRIAS NORDESTINAS: ENTRE NOVAS FORMAS E VELHOS DILEMAS

Já é possível levantar estudos de natureza variada sobre cidades intermediárias no Nordeste brasileiro, como aponta Maia (2010). Destes estudos é possível conceber particularidades e diversidades destas cidades, ressalvadas as distintas denominações empregadas nas análises, como “cidades regionais”, “cidades médias” e/ou “cidades intermediárias”, bem como os critérios adotados, com destaque ao populacional, não menos relevante que a funcionalidade das cidades perante sua hinterlândia.

A despeito destes aspectos, já analisados em outros estudos, mas considerando o protagonismo regional das cidades de Mossoró-RN, Caruaru-PE e Campina Grande-PB, em suas respectivas hinterlândias, questionou-se que permanências e metamorfoses os processos de reestruturação urbanas têm reproduzido no âmbito intraurbano destas cidades intermediárias. Por serem centros representativos do Nordeste brasileiro, acredita-se ser possível colaborar com os estudos que visam identificar as singularidades destes centros e suas similaridades, entre si e nas escalas regional e nacional. Interpõe-se, neste sentido, considerar a interface entre as reestruturações urbanas e as reestruturações das cidades em questão.

Um dos principais vetores dos processos de reestruturação das cidades na contemporaneidade são os agentes imobiliários. Devido a eles fala-se numa perspectiva de urbanismo imobiliário, reconhecida a envergadura destes agentes na reprodução do espaço urbano. Nas cidades intermediárias nordestinas isto não constitui exceção. Considera-se assim, antecipadamente o papel destes agentes tendo em vista a reordenação do uso e renda do solo urbano nas áreas centrais e o incentivo, consorciado, ao consumo e produção de espaços para moradia de alto padrão nas periferias, o qual ganha impulso com a manutenção dos graves problemas sociais nas cidades.

Em paralelo, este processo inseri na malha urbana novas formas e/ou conteúdos espaciais, como verificados nas cidades retro referidas: o viaduto, o aeroporto, o centro cultural, o teatro, as universidades, shoppings centers, além dos centros de serviços e comércios diversos, os quais também passam a multiplicar-se no rumo dos setores periurbanos ocupados por classes de alto poder aquisitivo.

A consolidação deste processo nas cidades intermediárias exemplifica a lógica de produção de centros intermediários que permeia a consolidação da política regional no Brasil. Concebidos para serem centros de desenvolvimento, tais cidades passam a centralizar dinâmicas econômicas que atraem o capital e a população. Não registra-se neste contexto uma sincronia entre a política de regionalização dos centros intermediários com a garantia de direitos sociais, especialmente, quando observada a dinâmica de produção de espaços periurbanos.

Eis que na esteira da expansão imobiliária e dos distritos industriais periurbanos, o Estado conduz programas sociais que atendem a demanda popular por habitação,

embora, sob um questionável modelo de política que, lançando para zonas periféricas a população de baixa renda, desprovida dos meios de acesso ao centro da cidade, condiciona formas de exílio socioeconômico aos grupos mais pobres.

Tais processos ocorrem historicamente num cenário de forte crescimento demográfico atestado nos levantamentos estatísticos da população absoluta (Tabela 01) das cidades de Mossoró-RN, Campina Grande-PB e Caruaru-PE (IBGE, 2017), bem como de parte representativa dos municípios integrantes da região de influência de cada cidade retromencionada. As transformações observadas no arranjo intraurbano destas cidades articulam-se às metamorfoses existentes nos arranjos regionais por cada uma das cidades intermediárias.

Município	Ano x Situação do domicílio														
	1970			1980			1991			2000			2010		
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
Mossoró (RN)	97.245	79.302	17.943	145.981	122.936	23.045	192.267	177.331	14.936	213.841	199.081	14.760	259.815	237.241	22.574
Campina Grande (PB)	195.303	167.335	27.968	247.827	228.182	19.645	326.307	307.468	18.839	355.331	337.484	17.847	385.213	367.209	18.004
Caruaru (PE)	142.653	101.531	41.122	172.532	138.250	34.282	213.697	182.012	31.685	253.634	217.407	36.227	314.912	279.589	35.323

Tabela 01. Crescimento populacional de Caruaru, Campina Grande e Mossoró desde a emergência das políticas de planejamento urbano no Brasil, durante a década de 1970.

Fonte: IBGE, 2017.

Os dados a seguir (Tabela 02) demonstram como, de fato, acontece um processo de irradiação econômica, embora não homogêneo na rede urbana. Este processo, contudo, além de refletir um desenvolvimento desigual, aponta para a necessidade de planejamento das dinâmicas sociais e econômicas que ocorrem no interior da rede urbana, evitando a ampliação de desigualdades já existentes nas cidades investigadas.

O quadro verificado em Caruaru, Campina Grande e Mossoró corrobora a tese de um espaço periurbano híbrido do ponto de vista social, econômico e político, (re) produzido com finalidades prioritariamente econômicas as quais repercutem numa configuração intraurbana desigual, atestada nos trabalhos de campo e de gabinete. Somando as regiões de influência centralizadas por Caruaru-PE, Campina Grande-PB e Mossoró-RN, 228 municípios integram as três (regic's) juntas. Juntadas as populações que compõem os municípios das 3 regic's, têm-se congregados mais de 3,5 milhões de habitantes. As três cidades centrais, por sua vez, agrupam sozinhas, quase 1 milhão de habitantes, número representativo da concentração da força de trabalho e/ou mercado consumidor aos diferentes tipos de capital nas três cidades intermediárias. Tem-se ainda um PIB cujo montante para as 3 regic's somadas passa os R\$ 45 bilhões (IBGE, 2017).

Detalhando cada situação geográfica, a cidade de Mossoró-RN, por sua vez, centraliza uma região de influência cuja população supera os 674 mil habitantes, distribuídos em 39 municípios. O PIB da região superou os 12,7 bilhões em 2017 segundo o IBGE e tal centralidade parece encontrar, tal como Caruaru e Campina Grande, nexos com as transformações e inserções efetivadas no espaço geográfico da cidade nos últimos decênios. Ressalva-se que, distintamente das outras duas cidades, dista mais de 280 km da capital do estado e encontra, com isso, extensa influência territorial através de atividades resultantes da exploração do sal marinho, da agroindústria, dos royalties do petróleo e das atividades comerciais e de prestação de serviços.

Município	População residente			Percentual de crescimento demográfico municipal		Produto Interno Bruto (Mil reais)			Percentual de crescimento do PIB	
	1970	1991	2010	1970/1991	1991/2010	1999	2006	2014	1999/2006	2006/2014
Caruaru-PE	142.653	213.687	314.912	49,79%	47,37%	736.887	1.763.106	6.239.417	139,26%	253,88%
Agrestina-PE	17.068	17.993	22.679	5,41%	26,04%	31.210	74.609	195.357	139,05%	161,84%
Altinho-PE	28.754	23.144	22.353	-19,51%	-3,4%	28.514	58.660	134.682	105,72%	129,59%
Brejo da M. de Deus-PE	25.682	31.206	45.180	21,50%	44,97%	44.865	115.735	281.963	157,96%	143,62%
Frei Miguelinho-PE	13.952	14.099	14.293	1,05%	1,37%	14.679	34.674	84.437	136,21%	143,51%
Riacho das Almas-PE	16.222	17.941	19.162	10,59%	6,80%	24.606	56.663	160.044	130,28%	182,44%
Santa C. do Capibaribe-PE	11.685	38.332	87.582	228,04%	128,48%	114.228	290.396	1.262.032	154,22%	334,59%
São Caitano-PE	23.933	29.598	35.274	23,67%	19,17%	41.589	94.542	302.216	127,32%	219,66%
Tacaimbó-PE	9.626	11.675	12.725	21,28%	8,99%	15.490	36.214	97.226	133,78%	168,89%
Taquaritinga do Norte-PE	14.492	17.093	24.903	17,94%	45,69%	26.674	66.451	213.241	149,12%	220,89%
Toritama-PE	6.382	14.907	35.554	133,57%	138,50%	33.697	108.258	603.689	221,26%	457,63%
Campina Grande-PB	195.303	326.307	385.213	67,07%	18,05%	1.220.995	2.718.636	7.541.055	122,65%	177,38%
Pocinhos-PB	14.332	14.502	17.032	1,18%	17,44%	19.243	42.792	183.706	122,37%	329,29%
Puxinanã-PB	10.653	11.573	12.923	8,63%	11,66%	15.230	37.764	82.863	147,95%	119,42%
Massaranduba-PB	14.672	12.030	12.902	-18,00%	7,24%	19.373	36.325	42.590	87,50%	17,24%
Ingá-PB	17.272	21.721	18.180	25,75%	-16,30%	23.182	52.585	65.735	126,83%	25,00%
Fagundes-PB	12.782	13.195	11.405	3,23%	-13,56%	14.405	35.657	81.960	147,53%	129,85%
Boqueirão-PB	26.383	33.255	16.888	26,04%	-49,21%	26.862	68.698	155.633	155,74%	126,54%
Esperança-PB	20.971	27.594	31.095	31,58%	12,68%	64.715	144.741	353.473	123,65%	144,21%
Cabaceiras-PB	6.254	6.180	5.035	-1,18%	-22,74%	6.453	15.483	38.632	139,93%	149,51%
Soledade-PB	7.612	11.175	13.739	46,80%	22,94%	18.211	40.546	143.124	122,64%	252,99%
São S. de L. de Roça-PB	6.652	8.794	11.041	32,20%	25,51%	14.762	30.113	69.841	103,98%	131,92%
Mossoró-RN	97.245	192.267	259.815	97,71%	35,13%	718.353	2.253.641	6.221.099	213,72%	176,04%
Felipe Guerra-RN	3.762	6.042	5.734	60,60%	-5,09%	21.886	64.937	111.461	196,70%	71,64%
Carnaubais-RN	12.021	10.461	9.762	-12,97%	-6,68%	38.320	63.886	208.264	66,71%	225,99%
Grossos-RN	7.856	9.306	9.393	18,45%	0,93%	29.980	99.211	138.536	230,92%	39,63%
Areia Branca-RN	15.600	21.216	25.315	36,00%	19,32%	125.322	474.640	819.391	278,73%	72,63%
Alto do Rodrigues-RN	4.804	8.247	12.305	71,66%	49,20%	60.430	160.383	554.533	165,40%	245,75%
Açu-RN	25.038	43.591	53.227	74,09%	22,10%	105.863	247.557	890.710	133,84%	259,79%
Upanema-RN	6.530	8.642	12.992	32,34%	50,33%	26.059	62.632	159.627	140,34%	154,86
Governador Dix-Sept. Rosado-RN	8.768	10.447	12.374	19,14%	18,44%	31.190	119.641	271.487	283,58%	126,91%
Apodi-RN	21.056	31.175	34.763	48,05%	11,50%	77.599	186.990	528.457	140,96%	182,61%
Caraúbas-RN	15.545	20.248	19.576	30,25%	-3,31%	38.058	109.371	299.875	187,37%	174,18%

Tabela 02. Evolução populacional (1970/2010) e do Produto Interno Bruto (1999/2014) de alguns municípios integrantes das regiões de influência de Caruaru-PE, Campina Grande-PB e Mossoró-RN.

Fonte: IBGE, 2017.

Dentre as estruturas disponíveis na cidade destacam-se um aeroporto (ANAC, 2017), 3 rodovias federais que atravessam a cidade, 1 shopping center, 1 distrito industrial, 1 teatro municipal, 1 rodoviária municipal, 1 universidade federal, 1 instituto federal, além de áreas de exploração de petróleo e exploração de sal marinho. Tais acréscimos sugerem a concentração demográfica e/ou o deslocamento de pessoas para a cidade, produzindo e consumindo bens e serviços. Evidentemente, tal processo tende a reconduzir novas mudanças e aspirações na produção do espaço urbano, como as identificadas no setor imobiliário através da expansão de condomínios horizontais, tendo sido identificados ao menos 6 em funcionamento, implantados entre 2009 e 2012.

Na região de influência da cidade de Campina Grande-PB, identificou-se o maior PIB entre as três regiões de influência com mais de 21,3 bilhões (IBGE, 2017). Este número reforça o importante papel assumido historicamente por Campina Grande, cidade que centraliza uma região com mais de 1,9 milhões de habitantes e composta por 164 municípios (IBGE, 2008), a maior das regic's em análise. Concentra agentes integrantes do circuito superior da economia, principalmente, em suas atividades comerciais e de prestação de serviços. Mesmo próxima a capital do estado, João Pessoa, localizada a leste de Campina Grande, consegue polarizar vasta região, incluindo neste contexto os densos fluxos de turistas nas festividades culturais, com destaque para os festejos juninos.

Dispõe de 2 aeroportos (ANAC, 2017), dista 149 km do porto de Cabedelo-PB, 2 rodovias federais que cruzam a cidade, 4 shopping's centers, um teatro municipal, 1 distrito industrial, um centro de produção de serviços ligados a produção de startups, 2 rodoviárias, 1 universidade federal e 1 instituto federal. As mudanças em seu espaço intraurbano têm favorecido a expansão dos empreendimentos imobiliários de condomínios fechados, especialmente, aqueles horizontais em suas zonas periurbanas, tendo sido verificados em funcionamento ao menos 5 empreendimentos de alto padrão, implantados entre 2008 e 2016, além dos conjuntos populares produzidos com auxílio do governo federal. Tais condomínios têm recebido distinta atenção do poder público e são integrados às periferias da cidade, oferecendo distintas perspectivas a seus usuários, sobretudo, no que concerne ao acesso e uso dos bens e serviços concentrados no centro da cidade.

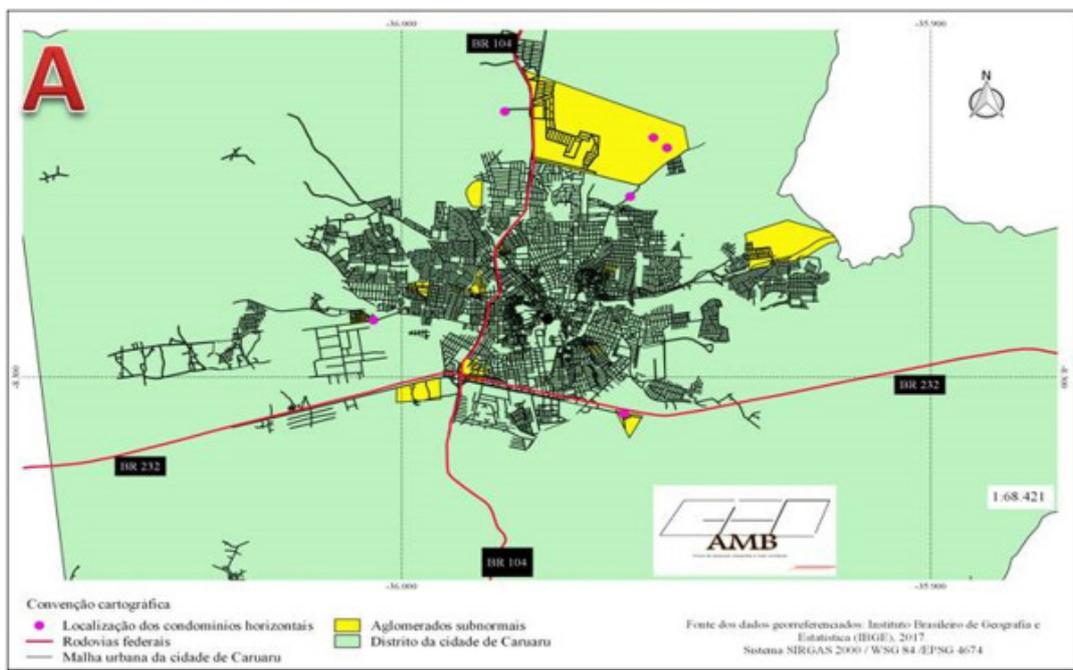
A cidade de Caruaru-PE, por sua vez, constitui um importante centro econômico, cultural e político do Agreste nordestino. Dista 136 km do porto do Recife e 171 km do Porto de Suape, áreas de relevante dinamismo econômico no estado, além de núcleos de distribuição e demanda de serviços que articula-se a centros de consumo e/ou produção no interior, como Caruaru. Apresenta semelhanças com Campina Grande quanto a influência regional, mesmo diante a relativa proximidade com a capital, neste caso, Recife. A proximidade de centros intermediários potenciais, como Garanhuns-PE, e a emergência econômica das cidades integrantes do polo têxtil, especialmente,

Santa Cruz do Capibaribe e Toritama, torna sua polaridade relativa e menos extensa.

Haja vista o papel de núcleo interiorano com relevante participação no setor produtivo e no consumo de bens e serviços, Caruaru tem ao longo do tempo recebido distintas transformações, reorganizando, a cada intervenção, a configuração intra e interurbana. A cidade apresenta 25 municípios em sua regic (IBGE, 2008), incluindo mais de 960 mil habitantes. Destaca-se a existência de 1 aeroporto (ANAC, 2017), 2 rodovias federais, 2 shoppings centers, 2 teatros municipais, 1 distrito industrial, 1 centro de serviços e comércio com destaque econômico e cultural (a feira de Caruaru), 1 rodoviária, 1 universidade federal, mais 1 instituto federal, além de ao menos 6 condomínios horizontais em funcionamento, implantados entre 2010 e 2015. Estes aspectos, somados ao PIB superior a 12,7 bilhões para a regic (IBGE, 2017), reforçam a centralidade que Caruaru exerce atualmente na região.

Convergem aspectos de semelhança nas três regic's. O dinamismo econômico e, sobretudo, a centralidade das cidades intermediárias que têm ampliado a influência sobre suas hinterlândias mediante acréscimos a seus espaços intraurbanos, destaca-se na guisa das estruturas existentes, tais quais os eixos de circulação rodoviários estaduais e federais, além dos centros de consumo, permeando relações multi escalares, sejam de mercadorias, investimentos e/ou pessoas. A difusão e crescimento do circuito inferior da economia, com crescimento de empregos informais, além da ampliação mais seletiva do circuito superior é uma hipótese interessante.

Ademais, observou-se que as três cidades despontam como principais centros intermediários – consideradas “capitais regionais” – em seus estados (fora da região metropolitana), posicionando-se com grande protagonismo na rede urbana do Nordeste. Em tempo, cumpre frisar a identificação de um padrão espacial de ocupação dos condomínios horizontais fechados nas cidades investigadas, constituindo metamorfose comum (Figura 01).



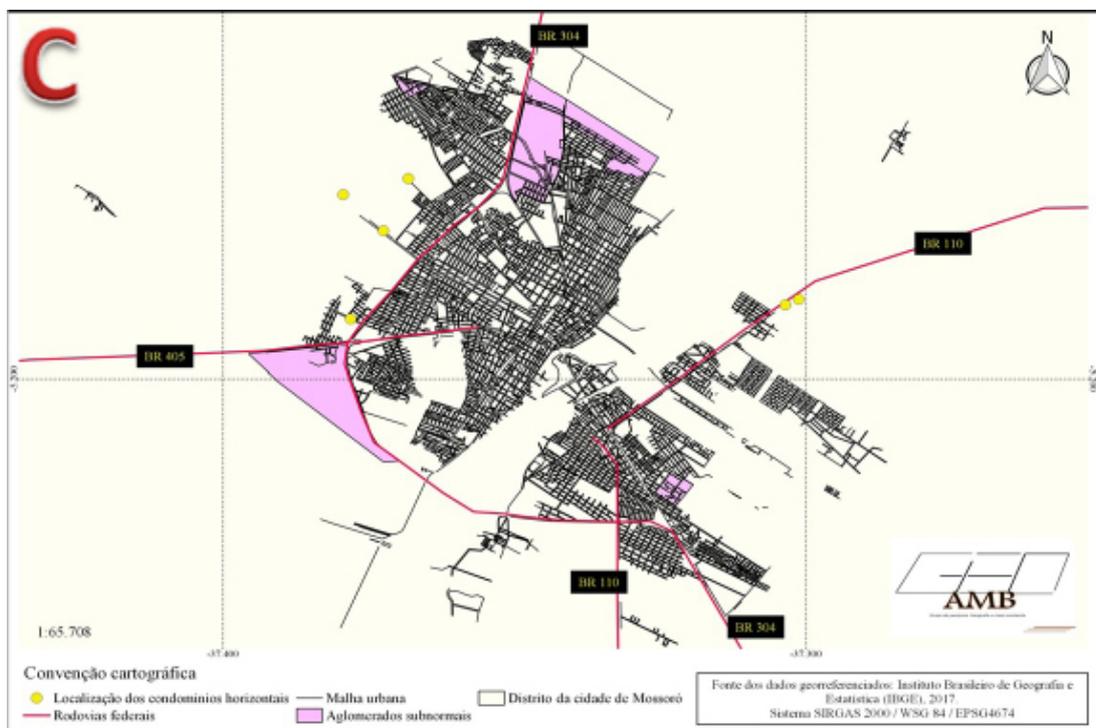
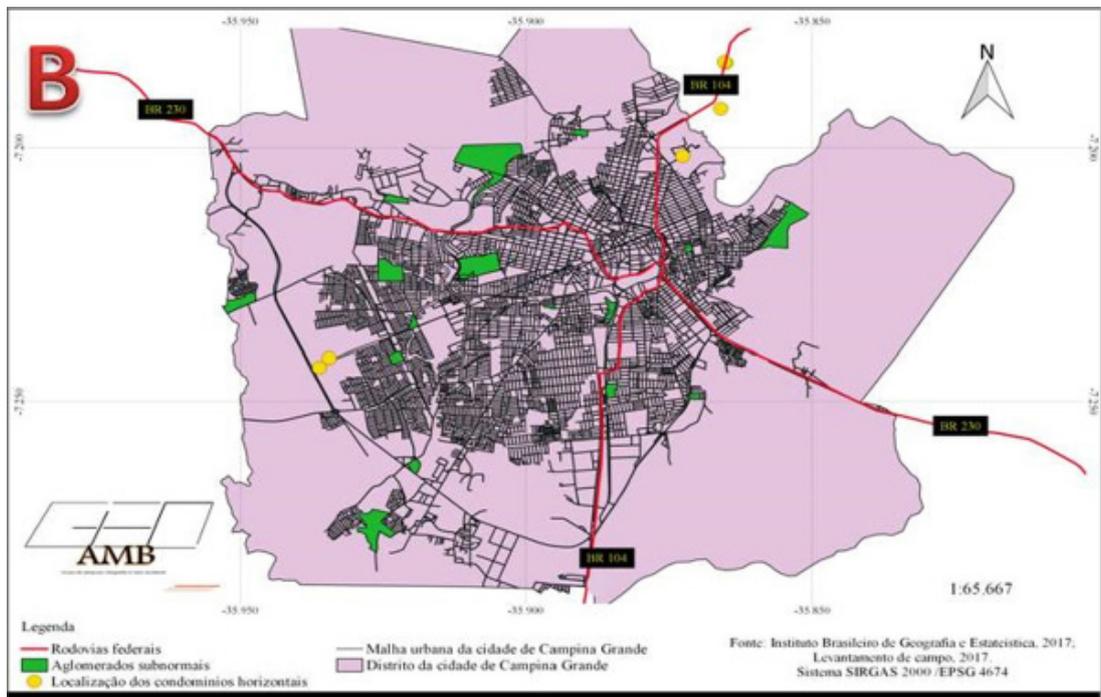


Figura 01. Padrão espacial de ocupação das periferias pelos condomínios horizontais fechados em Caruaru(A), Campina Grande(B) e Mossoró(C).

Fonte: Os autores, 2017.

Os condomínios concentram-se em setores periurbanos, utilizando desta localização para efetivar o discurso de proximidade da natureza e a promessa da segurança e da qualidade de vida. O processo, à medida que dinamiza relações na escala interurbana, gera reacomodações na escala intraurbana, dentre elas as mais recentes ações dos agentes imobiliários privados e do próprio Estado, fomentando infraestruturas e aparatos institucionais úteis aos empreendimentos imobiliários, seja de alto padrão, seja populares, em áreas periféricas.

Os condomínios de alto padrão, contudo, chamam atenção devido às estruturas que demanda e ao grau de integração entre periferia e centro, constituindo diferença quando se observa a dinâmica entre as periferias ocupadas por populações de menor poder aquisitivo com o centro. Nestas áreas, em específico, a realização da vida continua a se fazer perante a combinação de dois ou mais destes problemas: a) falta de saneamento básico; b) precária política de mobilidade urbana; c) péssimas condições de segurança ambiental; d) violência; e) distância dos serviços de saúde e/ou educação; f) desemprego; g) baixa representatividade política, entre outros empecilhos dispostos nas “renovadas” periferias urbanas das cidades intermediárias.

## **METAMORFOSES E PERMANÊNCIAS SOCIOESPACIAIS NAS CIDADES INTERMEDIÁRIAS NO CERNE DAS REESTRUTURAÇÕES URBANAS**

Com base nos dados coletados e nos aportes teóricos, verifica-se como, historicamente, a expansão do capital, dos contingentes populacionais, subsidiados pelos aparatos infraestruturais e institucionais do Estado, nas cidades de Caruaru-PE, Campina Grande-PB e Mossoró-RN têm conduzido mudanças para estas cidades, tornando-as centros intermediários com irradiação perante os municípios que compõem suas respectivas regiões de influência.

A tendência de crescimento demográfico tem sido mantida, embora com ritmos cada vez menores, conforme observado entre os dois períodos da tabela 01 entre 1970/1991 e 1991/2010, o que sugere uma tendência de estabilização nos próximos decênios. Esta tendência tem sido acompanhada pelo crescimento continuado do PIB dos municípios o que, a princípio, infere em maiores taxas per capita. Isto, por um lado, não significa diminuição imediata das desigualdades e contradições socioespaciais, tampouco uma mitigação de problemas sociais específicos dos setores periurbanos mais pobres, tendo em vista se tratar de contradições sistêmicas de concentração de renda. Além disso, suscita ainda uma limitação da política de fomento às cidades intermediárias e um desafio a gestão pública destes centros.

Há, entretanto, que se considerar a retomada nos últimos 15 anos de políticas públicas voltadas para os segmentos mais carentes da sociedade (como a questão habitacional), o que apesar de positivo em certa medida, não significa a superação das mazelas historicamente produzidas e tampouco uma efetivação dos interesses públicos sobre os privados, sobremaneira, dos grupos hegemônicos. Exemplos desta realidade são a difusão do modelo de urbanismo imobiliário dos condomínios fechados horizontais para cidades intermediárias, destacando os condomínios de alto padrão; o poder crescente e, por vezes, determinante do capital imobiliário na produção dos espaços e na definição efetiva do público alvo dos programas habitacionais; e as dificuldades socioeconômicas ainda persistentes nos conjuntos habitacionais para a população de baixa renda (Figura 02).

Constituídas estas ponderações, entende-se que este processo não tem

significado para a população mais pobre uma inclusão total na cidade, mas apenas uma forma de garantir a casa própria à custa do distanciamento em relação ao centro, quando não se trata de um exílio no que tange às demais condições de sobrevivência. Registra-se, nas periferias das cidades analisadas, ainda permanecerem processos de reprodução de espaços de extrema pobreza, nos quais o próprio acesso à casa própria ainda é uma miragem.

Neste contexto, ressalva-se que a capacidade de influência de uma cidade intermediária em relação a sua região de influência, conforme o contingente populacional que nela se concentra, precisa congrega variáveis sociais, tais quais, taxas de empregos formais, informais e desemprego, mortalidade infantil, abastecimento de água, renda de empreendimentos comerciais, de prestação de serviços e industriais, bem como a escalaridade dos agentes empreendedores, taxa de alfabetização das populações de menor poder aquisitivo, entre outros, que apontem para o sucesso ou não da política de equilíbrio da rede urbana no interior das cidades-centro (CORRÊA, 2017).



Figura 02. Setores periurbanos nas cidades da pesquisa.

Fotos: Os autores, 2017.

Por isso, apesar dos indicativos estatísticos de um movimento crescente da demografia e da economia dos centros intermediários, tais dados não revelam os

pormenores da produção do espaço, sobretudo, quando verificado as mudanças socioespaciais destes centros ou a falta de equilíbrio da rede urbana (GARCIA, MATOS e RAMOS, 2011). Desta feita, torna-se necessária a compreensão espaço temporal das contradições que hoje são conduzidas a um novo patamar (CARLOS, 2011).

Segundo Garcia, Matos e Ramos (2011, p. 45), desde as políticas espaciais de planejamento concebidas no Brasil para as redes urbanas, as cidades intermediárias são pensadas na perspectiva de

Melhor distribuição espacial da população e das atividades produtivas; estruturação de um sistema de cidades equilibrado e harmonizado com diretrizes e prioridades setoriais e regionais de desenvolvimento, com ênfase no Nordeste, Norte e Centro-Oeste.

Este processo é, segundo Leite (2012) justificado pelas reestruturações econômicas geradas pela desconcentração industrial no Brasil, de forma seletiva e lenta, ao longo das décadas de 1970 e 1980, da sucessão de governos democráticos liberais na década de 1990 e pelo início do processo de liberalização do comércio e investimento estrangeiros, relacionado com o processo de reestruturação produtiva que se desenvolve por todo o país, impulsionando, haja vista os problemas de operacionalidade das grandes metrópoles ao capital, novos fluxos para cidades do interior (LEITE, 2012).

Houve até a introdução de conceitos como o toyotismo e processos de desconcentração produtiva e realocização industrial. Contudo, salienta-se que enquanto nos países industrializados o processo de reestruturação produtiva e de desconcentração industrial é evidente pela transferência das plantas industriais menos qualificadas para países em desenvolvimento, pelo alto grau de automação, e pelo aumento do desemprego, nos países em desenvolvimento, como o Brasil, devem ser acrescentados alguns fatores: a) abertura econômica; b) desregulamentação liberal; c) privatizações e concessões; d) aumento alarmante dos trabalhos informais (LEITE, 2012) e, em adendo, e) difusão de novos centros de equilíbrio em cidades do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, em redes urbanas menos densas.

Ressalta-se, contudo, que o fim destas políticas não tem alcançado sucesso no que tange à extensão dos serviços públicos de qualidade às classes sociais de menor poder aquisitivo que vivem nas periferias. O caso dos conjuntos habitacionais populares, embora um exemplo de acesso a política pública habitacional (questionável), faz emergir outras tensões nas cidades intermediárias quanto a capacidade destas em atender de forma sustentável e justa os pleitos sociais que nelas se concentram. Em outras palavras, como garantir a sustentabilidade econômica e justiça social nas cidades intermediárias perante as reestruturações urbanas que incidem sobre estas cidades interesses e intencionalidades cujo fim distancia-se do lugar, alcançando até escalas internacionais?

Este quadro não pode ser dissociado da lógica contraditória do processo de

globalização, cujo motor único, caracterizado por Santos (2007), fundamenta-se no império do capital financeiro e no papel central do Estado, na atualidade, como agente indispensável à realização dos interesses hegemônicos. Dá-se no interior do processo estudado uma nova redistribuição espacial dos fluxos de investimentos, a qual repercute no âmbito das cidades intermediárias nordestinas, antecipando-se às demandas sociais mantidas em segundo plano. O mesmo Estado, que deveria constituir expressão do povo, é dirigido para atender anseios distantes ao lugar.

A abertura do sistema produtivo ao capital internacional constituiu processo de redirecionamento e expansão do próprio capital, reproduzindo metamorfoses que se materializam, tanto na multiplicação de agentes externos às cidades estrategicamente definidas como centros intermediários, como pela implementação de serviços, insumos à expansão de negócios e empreendimentos e instalação de infraestruturais, promovidas pelo Estado. Tais dinâmicas efetivam-se no interior das relações sociais, instigando novos movimentos migratórios e demais fluxos de informações, dinheiro, matéria prima, sem entretanto, constituir um mecanismo absoluto de atendimento pleno aos anseios das classes sociais de menor poder aquisitivo.

Dá-se como nova forma a repetição de um velho dilema, no qual o social se afirma no discurso como critério, mas na operação como um elemento secundário. Como reverter tal lógica? Qual seria o papel do Estado numa possível perspectiva de priorização dos interesses sociais? É possível efetivar uma política que vise o maior equilíbrio da rede urbana, mediante cidades âncoras com oferta de serviços a outras cidades de menor porte, integrantes da hinterlândia, resguardando uma reestruturação justa e sustentável das próprias cidades centro regionais?

Vê-se, através de um processo de seletividade espacial, que aponta para as cidades intermediárias como polos regionais favoráveis às expectativas de reprodução do capital industrial, imobiliário, financeiro, etc..., a ação do Estado ampliando ou concedendo a rede de estradas, incentivando a abertura de empreendimentos, requalificando zonas centrais das cidades, investindo em propagandas e alavancando projetos e programas de incentivo ao consumo e produção, numa perspectiva de gerar crescimento econômico, segundo os interesses do capital, antecipando-os às necessidades básicas da população mais pobre. Tal conjectura reafirma a concepção de Silva e Spósito (2017) quando explicam, nas grandes e médias cidades latino-americanas, os limites espaciais decorrentes da formação econômica dependente das nações e problemas sociais históricos, insistentemente reproduzidos.

Desta feita, frisa-se a relevância dos debates sobre os processos de reestruturação urbana e outras duas questões, de base econômica espacial e outro de base socioespacial, respectivamente: a) os deslocamentos espaciais do capital das tradicionais áreas de produção e consumo da economia brasileira para as cidades nordestinas, sobretudo, as capitais, e, no momento atual, destas capitais aos centros intermediários interioranos, pouco numerosos e, considerando o conjunto da rede urbana, centros de novos fluxos demográficos com uma demanda social pré-existente

não atendida, e; b) a reprodução da riqueza e da pobreza, agora também, através de processos de contradição socioespacial enraizados nas próprias periferias.

Desta feita, para quem é, de fato, esta cidade intermediária? Que problemas visa resolver? Qual a legitimidade e prioridade atendida nos esforços sistemáticos do Estado? Por que permanecem os problemas sociais? Por que a proposta de equilíbrio da rede de cidades não se efetivou, especialmente no Nordeste brasileiro, com o sucesso almejado (até o presente)? E que situações ilustram as metamorfoses existentes na configuração intraurbana das cidades intermediárias?

O caso dos condomínios horizontais fechados, em certa medida abordado neste estudo, é um exemplo. Nos últimos dez anos estes empreendimentos têm sido multiplicados, haja vista a disseminação da lógica de qualidade de vida a eles agregada e do crescimento do público consumidor em centros como Caruaru-PE, Campina Grande-PB e Mossoró-RN. Tais empreendimentos expandem-se paralelamente à requalificação dos centros destas cidades, preenchidos cada vez mais por unidades de prestação de serviços e comércios e em meio a anseios socioeconômicos das classes de menor poder aquisitivo, repulsadas às periferias urbanas em processos de exclusão ou precária/relativa inclusão. As contradições atualmente produzidas nos espaços periurbanos das cidades intermediárias são metamorfoses se consideradas as periferias. Mas sendo estes espaços vistos enquanto porção da cidade, é em si uma nova forma de reprodução e, por conseguinte, de permanência das injustiças sociais.

A distância até o centro ou àquilo que nele se encontra é, pelo perfil das famílias que moram nos condomínios de alto padrão (a maioria com o carro próprio), um dado superável pelas condições socioeconômicas das famílias. As vias de acesso de ótima qualidade, a localização dos empreendimentos distantes da cidade, mas próxima de eixos viários estratégicos, a articulação solidária com outras formas de capital como o shopping ou o grande supermercado de varejo instalados nas proximidades (fato observado), bem como uma estrutura de serviços interna aos condomínios, incluindo áreas de lazer, segurança particular, fortalecem a metáfora da ilha social e de uma cidade de muros (CALDEIRA, 2011).

Tal realidade apresenta-se nos setores periurbanos das cidades intermediárias como incrível anacronismo uma vez que as condições técnicas de expansão dos sistemas urbanos de saneamento, mobilidade, segurança, saúde e educação são, na atualidade, plenamente possíveis, todavia, tardados para o futuro quando pensadas as áreas mais pobres e desassistidas pelo poder público. A rápida reprodutibilidade dos condomínios horizontais fechados de alto padrão em cidades intermediárias são um exemplo concreto do mercado que é a terra urbana e da natureza exógena das reestruturações urbanas (SOJA, 1993).

Este processo não se dá de forma isolada. No âmbito da mercadorização internacionalizada do espaço (SANTOS, 2007), a atuação do Estado em fomentar o interesse do capital, antes dos anseios sociais básicos, provém condições para a dinamização econômica e produtiva do território. As reestruturações internas em cidades

concebidas como intermediárias, com perspectivas ao fomento de uma centralidade única ou compartilhada com núcleos de menor polaridade na rede interurbana (CORRÊA, 2006) é um estratégia. Evidentemente, os agentes locais também se aventuram nele, pois o mesmo se dá como alternativa para o “empreendedorismo” consolidado na lógica de livre mercado.

Neste íterim que repousa uma aparente contradição. Seja na escala intraurbana, seja na escala interurbana (CORRÊA, 2011), uma lógica de produção do espaço orientada pela atuação do Estado em prol do capital implica concorrência e, não raro, tardeamento e/ou precarização de pleitos sociais (MESZÁROS, 2011). Este imperativo consolida-se quando o espaço é concebido como mercadoria (CARLOS, 2011) e os direitos sociais substituídos pela concepção do espaço-mercadoria como princípio de uso da cidade. Na ausência de um Estado que garanta os direitos às pessoas, não caberá ao interesse privado tal empreitada.

A implementação de estruturas sub dirigidas a interesses dos agentes privados numa economia de espaço, produz desigualdades não só no acesso a estas estruturas (CORRÊA, 2011), mas no impacto desigual das distâncias, dos possíveis problemas socioambientais resultantes e da saturação dos setores econômicos da cidade em relação à mão de obra disponível. Citando Harvey (2004), Damiani (2006, p. 139) explica

a) que a atividade capitalista produz um desenvolvimento geográfico desigual, sempre buscando custos menores e lucros maiores; b) que não há equilíbrio espacial, sendo que o processo de acumulação de capital é perpetuamente expansionista; c) que a localização espacial confere certa vantagem monopolista. E que ela é produzida (eis as infra-estruturas materiais, absorvendo muito capital); d) que as inovações tecnológicas alteraram substancialmente as condições de espacialidade (a fricção da distância); e) que, em síntese, dos processos moleculares da acumulação derivam as tensões entre concentração e dispersão; centralização e descentralização; imobilidade e movimento; dinamismo e inércia, etc.

Conforme explicita Harvey (2004) e Meszáros (2011) a realização do capital (inclusive, o imobiliário) depende da ação cabal do Estado em equipar o território e dar fluidez para a extensão do capital. O Estado, ao comprometer-se com os ideais de realização do capital desvincula-se de sua instituição máxima, que seria o bem estar dos cidadãos. Mesmo diante a ampliação de políticas públicas de habitação popular, como o "Minha casa, minha vida", identifica-se nos espaços periurbanos de cidades intermediárias que mesmo os beneficiados por este programa, além daqueles que vivem em espaços produzidos em quadros de informalidade no acesso à terra urbana, dispõem-se desprovidos dos benefícios totais da cidade, tal como alude Damiani (2006).

Esta realidade foi identificada nas cidades de Caruaru-PE, Campina Grande-PB e Mossoró-RN. Embora atravessem há pelo menos duas décadas um cenário de destaque pela expansão de suas economias e representatividade política regional, tais dinâmicas não têm sido suficientes para acelerar de forma satisfatória

os processos de reversão do quadro de dificuldades enfrentado pelas populações mais pobres, existentes em setores periurbanos, tampouco de constituir um sistema de cidades equilibrado no caso do Nordeste brasileiro. *Pari passu*, estas cidades passam por significativas mudanças estruturais e funcionais, as quais atribuem novas formas às suas periferias e centros, bem como no questionamento da envergadura e sustentabilidade intraurbana de polarização regional.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando que tais reflexões não são conclusivas, enumeram-se questionamentos que possam balizar reflexões e/ou intervenções na realidade, calhando mais contribuições científicas e preenchendo as lacunas do tema. Primeiramente, a) que ações poderiam garantir às populações que não constituem o perfil do mercado consumidor dos condomínios horizontais fechados de alto padrão uma vida plena “na cidade”, amplamente sustentável, especialmente, àquelas residentes nos setores informais das periferias urbanas?; b) haveria algo característico no processo de reestruturação urbana sobre cidades intermediárias, ou destas enquanto “nós” da rede urbana, no que tange à configuração espacial do Nordeste, Norte e Centro-Oeste brasileiro?; c) quais as funcionalidades dos centros intermediários nordestinos destacam-se pelo viés da inovação e despontam com agentes cuja escalaridade é supra regional? Quais as repercussões (horizontalidades e verticalidades) das funcionalidades no âmbito social na hinterlândia das cidades intermediárias, considerando os circuitos inferior e superior da economia urbana?; d) qual o papel das elites locais/regionais na constituição e expansão das cidades intermediárias aqui estudadas?; e) que outras cidades (menores atualmente que Caruaru-PE, Campina Grande-PB e Mossoró-RN), nos estados considerados neste estudo, dispõem de características potenciais para constituir novos centros intermediários regionais?; e f) quais os impactos da modernização das atividades do campo e do reordenamento das indústrias tradicionais sobre a consolidação dos atuais centros intermediários nordestinos?

## AGRADECIMENTOS

Agradecimentos à Pró-Reitoria de Pesquisa do Instituto Federal da Paraíba (IFPB) pelo apoio financeiro e ao professor Leonardo Barboza da Costa do IFPB Campus Itaporanga pela colaboração técnica.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Mauricio de Almeida. O estudo geográfico da cidade no Brasil: evolução e avaliação. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri. **Os caminhos da reflexão sobre a cidade e o urbano**. São Paulo: EDUSP, 1994.

AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL. **Aeroportos**. Disponível em <http://www.anac.gov.br/>

assuntos/dados-e-estatisticas/aeroportos. Acesso em 12 de outubro de 2017.

AZEVEDO, Aroldo de. Vilas e cidades do Brasil Colonial (Ensaio de geografia urbana retrospectiva). **Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros**, São Paulo, v. 9, t. 1, p. 83-168, 1957.

CALDEIRA, Tereza Pires do Rio. **Cidades de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: Edusp, 2011.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A condição espacial**. São Paulo: Contexto, 2011.

CORRÊA, Roberto Lobato. Globalização e reestruturação da rede urbana – uma nota sobre as pequenas cidades. **Revista Território**. Rio de Janeiro: LAGET/UFRJ, v. 6, n. 6, p. 43-53, jan. – jun., 1999.

\_\_\_\_\_. **Construindo o conceito de cidade média**. Rio de Janeiro: Ensaio apresentado ao Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006.

\_\_\_\_\_. Sobre agentes sociais, escalas e produção do espaço: um texto para discussão. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPÓSITO, Maria Encarnação Beltrão. **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2011.

\_\_\_\_\_. Cidades médias e rede urbana. In: SILVA, William Ribeiro da; SPÓSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Perspectivas da urbanização: reestruturação urbana e das cidades**. Rio de Janeiro: Consequência editora, 2017.

DAMIANI, Amélia Luisa. **Cidades médias e pequenas no processo de globalização**. Apontamentos bibliográficos. En publicación. América latina: cidade, campo e turismo. Amália Inés Geraiges de Lemos. Mónica Arroyo, Maria Laura Silveira. CLACSO, Consejo latinoamericano de Ciencias Sociales, San Pablo. Diciembre, 2006.

GARCIA, Matos Alexandrino; MATOS, Ralfo Edmundo da Silva; RAMOS, Edivaldo Fernandes. As cidades médias como nódulos de equilíbrio das redes de cidades. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n.121, p.41-63, jul./dez. 2011.

HARVEY, David. **El nuevo imperialismo**. Madrid: Akal, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Região de influência das cidades 2007**. IBGE: Rio de Janeiro, 2008.

\_\_\_\_\_. **Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA**. Disponível em <https://sidra.ibge.gov.br/home/scnt/brasil>. Acesso em 20 de junho de 2017.

LEITE, Carlos. **Cidades sustentáveis, cidades inteligentes: desenvolvimento sustentável num planeta urbano**. São Paulo: Bookman, 2012.

MAIA, Doralice Sátyro. Cidades pequenas e médias do Nordeste: conferência de abertura. In: HENRIQUE, Wendel; LOPES, Diva Maria Ferlin. **Cidades médias e pequenas: teorias, conceitos e estudos de caso**. Salvador: SEI, 2010.

MÉSZÁROS, István. **Para além do Capital: rumo a uma teoria da transição**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MONBEIG, Pierre. **Novos estudos de Geografia Humana brasileira**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1957.

SANTOS, Milton. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana em países**

subdesenvolvidos. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.

\_\_\_\_\_. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal.** São Paulo: Record, 2007.

SILVA, William Ribeiro da; SPÓSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Perspectivas da urbanização: reestruturação urbana e das cidades.** Rio de Janeiro: Consequência editora, 2017.

SOJA, Edward. **Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria crítica.** Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

## **SOBRE O ORGANIZADOR:**

Graduado em Geografia (Bacharelado e Licenciatura) pela PUC-Campinas, Mestre e Doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo. Atualmente é Professor do Departamento de Geociências e do Programa de Pós-Graduação em Geografia - PPGEO na Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES), onde coordena o Núcleo de Estudos e Pesquisas Regionais e Agrários (NEPRA-UNIMONTES) e o Subprojeto de Geografia - “Cinema, comunicação e regionalização” no âmbito do PIBID/CAPES. Exerce também a função de Coordenador Didático do Curso de Bacharelado em Geografia - UNIMONTES. Tem experiência na área de Geografia Humana, atuando principalmente nos seguintes temas: Geografia Agrária, Regularização Fundiária, Amazônia, Ensino de Geografia, Educação do Campo e Conflitos Socioambientais e Territoriais. Participação como avaliador no Programa Nacional do Livro e do Material Didático - PNLD de Geografia e no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), vinculado ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). É autor e organizador das seguintes obras: No chão e na Educação: o MST e suas reformas (2011), Neoliberalismo, Agronegócio e a Luta Camponesa no Brasil (2011), Cenas & cenários geográficos e históricos no processo de ensino e aprendizagem (2013), Agroecologia, Alimentação e Saúde (2014), Gestão Ambiental (2015), Práticas de Ensino: Teoria e Prática em Ambientes Formais e Informais (2016), Geografia Agrária no Brasil: disputas, conflitos e alternativas territoriais (2016), Geografia Agrária em debate: das lutas históricas às práticas agroecológicas (2017), Atlas de Conflitos na Amazônia (2017), Serra da Canastra território em disputa: uma análise sobre a regularização fundiária do Parque e a expropriação camponesa (2018), Conflitos e Convergências da Geografia - Volumes 1 e 2 (2019), Geografia Agrária (2019), entre outras publicações. E-mail: gustavo.cepholini@unimontes.br

Gustavo Henrique Cepolini Ferreira

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Agricultura familiar 29, 30, 31, 32, 33, 34, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 56, 65, 66, 67, 144

Agrobiodiversidade 44, 46, 49, 50, 51, 52, 53

Águas termais 140, 141, 145, 146, 149

Análise espacial 69

Araraquara 83, 84, 85, 86, 87, 89, 90, 91

### B

Brasil 1, 2, 3, 4, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 13, 20, 21, 27, 28, 30, 31, 32, 41, 42, 43, 50, 53, 54, 57, 58, 59, 67, 69, 70, 71, 72, 73, 75, 76, 80, 81, 82, 84, 92, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 119, 123, 124, 126, 131, 139, 140, 147, 150, 151, 161, 163, 164, 165, 166, 171, 172, 174, 175, 176, 178, 180, 181, 182, 183, 184, 193, 194

### C

Campesinato 12, 15, 58

Cana-de-açúcar 75, 83, 84, 86, 87, 89, 90, 91, 92, 131

Capital financeiro 2, 4, 8, 11, 120, 140, 141, 147

Cerrado 14, 75, 80, 81, 140, 146, 163, 164, 166, 168, 169, 170, 171, 172

Cidades intermediárias 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 115, 117, 119, 120, 121, 122, 123

Cidades locais 126

Commodities 1, 2, 7, 8, 9, 10, 11, 73

Comunidades 27, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 65, 66, 67, 129, 170, 171, 173

Comunidades tradicionais 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 170, 173

Currículo 174, 175, 178

### D

Desenvolvimento 2, 4, 9, 10, 11, 14, 15, 29, 30, 32, 33, 37, 39, 41, 42, 43, 45, 59, 61, 67, 70, 71, 73, 74, 79, 83, 84, 85, 95, 98, 100, 101, 102, 103, 104, 107, 110, 111, 112, 119, 122, 124, 126, 129, 131, 141, 144, 151, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 163, 165, 171, 174, 175, 176, 179, 180, 181, 182, 183, 187, 188, 191

Divisão territorial do trabalho 1, 2, 8, 10, 11, 109, 110

### E

Ecologia 163, 172

Ensino de geografia 174, 175, 176, 178, 183, 186, 187, 192, 193, 194

Espaço 29, 30, 33, 34, 35, 37, 38, 39, 40, 41, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 53, 57, 58, 66, 74, 85, 89, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 109, 111, 112, 113, 114, 119, 121, 122, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 139, 141, 147, 150, 158, 159, 164, 172, 179, 180, 187, 188, 189, 193

Espaço rural 29, 30, 34, 35, 37, 38, 40, 41, 44, 45, 49, 53

Espaço urbano 39, 98, 99, 100, 103, 111, 114, 124, 126, 127, 128, 129, 130, 139

Exportações 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10

Externalidades negativas 126, 132, 133, 139

## **F**

Formação de professores 186, 187

## **G**

Geografia escolar 174, 186, 187, 188, 192

Geoprocessamento 59, 83, 151, 154, 155, 159, 161, 172

## **H**

Homogeneização 83, 84, 85, 86, 90, 92, 93

## **I**

Irrigação 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 78, 79, 80, 81

## **L**

Lineamentos 151, 154, 155, 156, 157, 159

## **M**

Meio natural 140

Mobilidade urbana 117, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 137, 138, 139

Modelado cárstico 151, 153, 154, 156, 158

Música 186, 187, 189, 190, 191, 192, 193

## **N**

Neurociência 174, 175, 176, 177, 178, 180, 183, 184, 185

## **P**

Pivô central 69, 71, 74, 75, 76, 78, 79, 80

Pluriatividade 29, 38, 40, 41

Práticas culturais 44, 47

Preservação 53, 69, 144, 163, 166, 170, 171

## **Q**

Quilombolas 14, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 53, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 66

## **R**

Raciocínio geográfico 174, 175, 176, 178, 180, 181, 182, 183

Recursos naturais 9, 31, 37, 49, 61, 67, 69, 72, 79, 80, 110, 141, 150, 164, 170, 171, 181

Reestruturações urbanas 106, 107, 108, 109, 111, 117, 119, 121

Remanescentes 39, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 62, 63, 67

Reprimarização 1, 2, 7, 8, 9, 10, 11, 83, 86, 89

Resistências 27, 55

## **S**

São Carlos 83, 84, 85, 87, 88, 89, 91, 92

Serra da Canastra 12, 13, 14, 21, 22, 25, 27, 28, 194

## **T**

Território 9, 12, 13, 14, 15, 22, 25, 28, 38, 41, 42, 44, 45, 46, 50, 51, 52, 56, 57, 58, 60, 61, 66, 71, 85, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 100, 101, 102, 104, 105, 121, 122, 124, 140, 164, 166, 171, 189, 194

## **U**

Unidade de conservação 12

Uso da água 16, 69, 72, 73, 78, 79, 80

Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-7247-653-9

